

## CONDIÇÕES GERAIS DE UTILIZAÇÃO DE CARTÕES VISA E MASTERCARD E INSTRUMENTO DE PAGAMENTO PARA TRANSAÇÕES SEGURAS EM COMÉRCIO ELETRÔNICO

### I. Definições:

1 – Para efeitos do presente Contrato, e salvo se de modo diferente resultar do seu texto, os termos e expressões nele usados iniciados com letra maiúscula e a seguir indicados, têm o significado seguinte:

- a) Banco: Banco Comercial Português, S.A., emissor do cartão;
- b) Titular: É a pessoa singular que assume a responsabilidade pelo uso correto e manutenção do Cartão e dos respetivos elementos adicionais (Códigos Seguros, etc), bem como pelos valores devidos ao Banco pela utilização e/ou titularidade do mesmo. Os Titulares podem ser primeiros ou segundos Titulares, sendo este(s) último(s) que, com a concordância do 1º Titular, solicitou(aram) a emissão do Cartão para uso respetivo;
- c) Sistema de Pagamentos: Sistema integrado de transferência de fundos participado pelo Banco, pela SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A., e pela VISA e/ou MasterCard que se rege por disposições formais e normalizadas e por regras comuns relativas ao tratamento, compensação e liquidação de operações de pagamento;
- d) Cartão de Crédito VISA ou MasterCard: Instrumento de pagamento que possibilita ao seu Titular efetuar o pagamento de bens e serviços adquiridos em estabelecimentos comerciais aderentes à rede VISA e/ou MasterCard em Portugal e no estrangeiro, e em estabelecimentos comerciais aderentes à rede MultiBanco em Portugal, bem como a realização de outras operações, nos termos seguintes: (i) operações, manuais ou eletrónicas efetuadas em estabelecimentos comerciais em Portugal e no estrangeiro ou através da Internet; (ii) pagamentos de serviços/compras realizados em caixas automáticas (ATM) da rede MultiBanco em Portugal, através do Call Centre do Banco, sítio [www.millenniumbcp.pt](http://www.millenniumbcp.pt) ou serviço Mobile do Banco; (iii) adiantamentos de numerário a crédito (cash-advance) realizados em ATM da rede MultiBanco em Portugal, em ATM da rede VISA e/ou MasterCard no estrangeiro, através do Call Centre do Banco, sítio [www.millenniumbcp.pt](http://www.millenniumbcp.pt) ou serviço Mobile do Banco, ou aos balcões das instituições de crédito em Portugal e no estrangeiro que disponibilizem o serviço; (iv) débitos diretos, por opção do Titular transmitida em caixas automáticas (ATM) da rede MultiBanco em Portugal, através do Call Centre do Banco, sítio [www.millenniumbcp.pt](http://www.millenniumbcp.pt) ou serviço Mobile do Banco; (v) operações de baixo valor previstas na cláusula 17.2. As operações acima identificadas serão consideradas transações a crédito e liquidadas por débito na Conta-Cartão. Em Portugal, as operações de levantamento de numerário a débito e as outras operações em ATM não contempladas nas alíneas precedentes serão liquidadas por débito na Conta à Ordem Associada com data-valor do dia da realização da operação.
- e) Conta Cartão: Aplicável apenas ao Cartão de Crédito VISA ou MasterCard, é o registo eletrónico das quantias em dívida ou pagas ao Banco resultante da titularidade e/ou do uso do Cartão ou Cartões de Crédito, associados à mesma Conta Cartão, em operações a crédito e adiantamentos de numerário a crédito (cash-advance). As Contas Cartão podem ser Singulares (quando têm apenas um Cartão de Crédito e um Titular associado) ou Coletivas (quando têm mais do que um Cartão de Crédito e um Titular associado). A responsabilidade sobre as Contas Cartão Coletivas perante o Banco é solidariamente assumida pelos vários Titulares da mesma, pelo que cada Titular responde pela prestação integral;
- f) Limite de Crédito: Aplicável apenas ao Cartão de Crédito VISA ou MasterCard é o Montante Total do Crédito, ou seja, limite pecuniário máximo de uso autorizado para operações a crédito e adiantamento de numerário a crédito (cash-advance) e que corresponde ao valor máximo acumulado a que pode ascender, em cada momento, o montante total destas transações efetuadas e ainda não pagas ao Banco. O limite de Crédito pode ser definido em função do Cartão e/ou para a Conta Cartão; no caso das Contas Cartão Coletivas, o Limite de Crédito definido para a Conta Cartão condiciona o Limite de Crédito de cada Cartão. O reembolso do crédito utilizado reconstitui, na medida respetiva, a disponibilidade do Limite de Crédito;
- g) Cartão de Débito Nacional: Instrumento de pagamento que possibilita ao seu Titular efetuar o pagamento de bens e serviços adquiridos em estabelecimentos comerciais aderentes à rede do cartão em Portugal, bem como levantamentos de numerário a débito em todas as caixas automáticas (ATM) da rede MultiBanco em Portugal. As transações efetuadas com este cartão de serão liquidadas por débito da Conta à Ordem Associada com data-valor do dia da realização da operação;
- h) Cartão de Débito Internacional: Instrumento de pagamento que possibilita ao seu Titular efetuar o pagamento de bens e serviços

adquiridos em estabelecimentos comerciais aderentes à rede VISA e/ou MasterCard ou VISA Electron e/ou Maestro em Portugal e no estrangeiro, bem como levantamentos de numerário a débito em todas as caixas automáticas (ATM) da rede MultiBanco em Portugal e no estrangeiro. As transações efetuadas com este Cartão serão liquidadas por débito da Conta à Ordem Associada com data-valor do dia da realização da operação;

- i) Conta à Ordem Associada: É a conta de depósitos à ordem do Titular mencionada no Pedido de Adesão, e aberta junto do Banco;
- j) Instrumento de Pagamento para Transações Seguras em Comércio Eletrónico (IPCE): Conjunto de procedimentos associados ao Cartão, devidamente certificados pelo Sistema de Pagamentos, que permite ao titular, mediante adesão suplementar e atribuição de um Código Seguro, efetuar aquisições seguras em ambientes abertos (Internet – Serviço on-line, ITV – Interactive TV). Se a adesão ao IPCE for realizada em associação à titularidade do Cartão de Débito, todas as operações efetuadas no âmbito da utilização desse Serviço serão liquidadas por débito da Conta à Ordem Associada com data-valor do dia da realização da operação. Se a adesão ao IPCE for realizada em associação à titularidade do Cartão de Crédito, todas as operações efetuadas no âmbito da utilização desse Serviço serão transações a crédito e debitadas na Conta Cartão;
- k) EEE: Espaço Económico Europeu, abrangendo todos os países da União Europeia e três países da EFTA – Islândia, Noruega e Liechtenstein;
- l) Pedido de Adesão: Documento constante no verso das presentes CONDIÇÕES GERAIS DE UTILIZAÇÃO, que é parte integrante do presente Contrato para todos os efeitos legais.

### II. Celebração do Contrato e Emissão do Cartão

2 – Ao subscrever o presente Contrato de Adesão, o(s) Proponente(s) aderem às Condições Gerais de Utilização, e aos direitos e deveres das Partes, ora convencionados, e que se obriga(m) a cumprir.

3.1 – É da exclusiva competência do Banco a decisão da atribuição ou não do(s) Cartão(ões) pedido(s).

3.2 – Com a atribuição do Cartão, o Proponente passa a ser Titular, sendo-lhe então entregue presencialmente ou enviado por via postal um Código Pessoal Seguro.

3.3 – O Titular receberá separadamente, por via postal, o Cartão, o qual se presume recebido no 7º dia de calendário posterior ao da respetiva expedição, exceto se o Titular informar que não o recebeu.

4 – O Titular pode ainda aderir ao IPCE, requerendo, para o efeito, um Código Seguro para seu uso exclusivo, para realizar operações em ambientes abertos.

5.1 – O Cartão é propriedade do Banco e é emitido em nome do Titular para seu uso exclusivo, sendo pessoal e intransmissível.

5.2 – O Banco não tem qualquer dever de verificar ou controlar quem usa o cartão, sem prejuízo de o poder fazer pontualmente apenas por razões de segurança cautelares e preventivas.

6.1 – O Titular pode revogar o presente Contrato de crédito, sem necessidade de indicação de qualquer motivo, através da carta registada com aviso de receção dirigida ao Banco (Direção de Banca Direta - Centro de Atenção ao Cliente, Av. Dr. Mário Soares, Tagus Park Edf. 9, Piso 1, 2744-005 Porto Salvo), expedida no decurso do prazo de catorze dias de calendário contados a partir da data da confirmação do Contrato, conforme resulta dos números 1 e 2 da cláusula 3.

6.2 – Caso tenha lugar a revogação contratual operada nos termos referidos nesta cláusula, o Titular fica constituído na obrigação de pagar imediatamente ao Banco todas as quantias devidas pela utilização que tenha feito do Cartão, incluindo os juros contratados, nomeadamente:

- a) O total de despesas efetuadas com o Cartão e registadas pelo Banco até à devolução do Cartão;
- b) O encargo por Limite de Crédito excedido, se tal situação ocorrer, no valor de 14,42€ (Acresce Imposto do Selo de 4%);
- c) A taxa de consumo nos postos de abastecimento de combustíveis, se aí forem registadas transações, no valor de 0,48€ (Acresce Imposto do Selo de 4%);
- d) A taxa de conversão – (0,96%) (acresce Imposto do Selo de 4%), para operações realizadas fora do EEE, ou dentro do EEE se realizadas numa moeda que não seja o Euro, a Coroa Sueca ou o Leu romeno (ou outra moeda abrangida pelo Regulamento (CE) nº 924/2009); esta taxa incide sobre o contravalor em Euros apurado por aplicação das taxas de câmbio do Mercado por Grosso;
- e) A taxa de processamento – I.P.F. (International Processing Fee), para operações realizadas fora do EEE, ou dentro do EEE se

realizadas numa moeda que não seja o Euro, a Coroa Sueca ou o Leu romeno (ou outra moeda abrangida pelo Regulamento (CE) nº 924/2009), no montante máximo de 1,63% da operação (arredondado a duas casas decimais), acrescendo Imposto do Selo de 4%;

f) As comissões de levantamento de numerário e adiantamentos de numerário a crédito (cash-advance), indicadas no Anexo;

g) Recuperação de valores em dívida: 11,54€ (acresce Imposto do Selo de 4%) para prestações em dívida inferiores a 300€.

Para prestações iguais ou superiores a 300€: comissão de 4 % (acresce Imposto do Selo de 4%) sobre o valor em dívida com limite máximo de 150€.

6.3 – Para além das quantias referidas no número anterior, nada mais é então devido, à exceção dos montantes correspondentes a eventuais despesas não reembolsáveis pagas a qualquer entidade da Administração Pública, designadamente o Imposto do Selo de utilização do crédito da verba 17.2.4 da TGIS e o Imposto do Selo sobre os juros previsto na verba 17.3.1 da TGIS, atualmente de 4%.

7 – A validade e eficácia do presente Contrato e de cada transação ou operação de pagamento realizada pelo Titular ao abrigo do mesmo não depende de eventuais contratos de compra e venda/fornecimento entre o(s) Titular(es) e vendedores/fornecedores de bens e serviços, aos quais o Banco é totalmente alheio, ainda que a aquisição seja efetuada com recurso à utilização do Cartão (incluindo o IPCE), por não se verificarem as condições cumulativas constantes das alíneas i) e ii) da alínea o) do artigo 4º do DL 133/2009 de 2 de junho.

8 – O Titular obriga-se a comunicar ao Banco quaisquer circunstâncias que modifiquem a sua situação pessoal e/ou patrimonial afetando a sua capacidade de cumprimento do presente Contrato.

9 – O Banco poderá, em qualquer momento, sugerir ao Titular a atribuição de cartões através dos meios adequados (correio, telefone, internet, etc.).

### III. Comunicações entre o Banco e o Titular

10 – Na vigência do presente Contrato, o Titular tem o direito de receber a seu pedido, a todo o tempo, os termos do contrato em vigor em cada momento, em formato digital (ficheiro informático) disponibilizado para o endereço eletrónico fornecido pelo Titular ou para consulta no canal Internet do Banco (só para Clientes com Código de Acesso Multicanal para acesso à conta em [www.millenniumbcp.pt](http://www.millenniumbcp.pt)). Em alternativa, se o Titular assim o requerer presencialmente em qualquer balcão do Banco, os termos do Contrato ser-lhe-ão facultados em suporte de papel.

11 – O endereço postal do Titular considera-se, para efeitos de citação ou notificação judicial, ser o domicílio convençãoado, devendo qualquer alteração do mesmo ser prontamente comunicada ao Banco.

12.1 – Quaisquer comunicações escritas que o Banco remeta ao Titular serão enviadas para o endereço postal por este indicado, devendo qualquer alteração do mesmo ser prontamente comunicada pelo Titular ao Banco.

12.2 – Caso o Titular opte pela disponibilização e envio das comunicações do Banco, designadamente os extratos periódicos, para o seu endereço de correio eletrónico, em substituição da via postal, fica expressamente convençãoado que compete exclusivamente ao Titular zelar pela permanente atualização e bom funcionamento do endereço eletrónico indicado.

13 – No caso de Contas Cartão Coletivas, salvo indicação expressa em contrário, o Primeiro Titular representará os restantes Titulares para efeitos de receção de quaisquer comunicações relativas ao presente Contrato, considerando-se estas feitas a todos os Titulares.

14 – O extrato periódico da Conta Cartão, previsto na cláusula 23, contendo o detalhe das transações efetuadas a crédito, pode constituir um documento autónomo ou representar uma parte do extrato combinado da Conta à Ordem Associada, independentemente da titularidade individual ou coletiva desta última.

### IV. Utilização do Cartão e ordens de pagamento

15.1 – O Titular deve assinar o cartão logo após a sua receção, e obriga-se a adotar todas as precauções adequadas para não tornar acessíveis ou perceptíveis a terceiros os seus Códigos Secretos referidos nas cláusulas 3 e 4, os quais deverá memorizar destruindo o envelope de informação do(s) mesmo(s). Caso o Titular pretenda guardar o Código Secreto, nunca os deve deixar em lugar visível ou acessível, e especialmente não deve nunca anotá-lo no próprio Cartão, nem em qualquer outro documento que tenha junto do Cartão. O Titular poderá alterar o Código Pessoal Secreto em qualquer caixa automático da rede

MultiBanco, mas, nesse caso, não deve nunca reproduzir ou relacioná-lo com elementos de identificação pessoais, nomeadamente conjugações de 4 dígitos de fácil apropriação (por exemplo ano de nascimento ou dia e mês de aniversário) por terceiros em caso de perda, furto, roubo ou extravio do cartão.

15.2 – O Titular é responsável pela guarda, utilização e manutenção corretas do Cartão e dos dispositivos de segurança personalizados, incluindo número de identificação e Códigos Secretos IPCE, não podendo facultar nem facilitar o seu uso a terceiros.

16 – A utilização do Cartão de Crédito VISA e/ou MasterCard fica subordinada ao Limite de Crédito que for fixado pelo Banco, de acordo com informações de ordem financeira e comercial, incluindo a verificação junto da Central de Riscos do Banco de Portugal da solvabilidade do(s) Proponente(s). No caso das Contas Cartão Coletivas, o Limite de Utilização da Conta Cartão e, se for o caso, de cada um dos Cartões de Crédito emitidos, é comunicado por escrito ao Primeiro Titular. O Banco poderá, a todo o tempo, alterar o Limite de Utilização e decidirá sobre qualquer pedido de elevação do mesmo que o Titular lhe submeta. O Banco reserva-se o direito de não aceitar quaisquer transações que excedam o Limite de Crédito da Conta Cartão, bem como, no caso de o Limite de Crédito ser excedido, cobrar um encargo pela prestação deste serviço adicional, no montante indicado no Anexo.

17.1 – Para realizar ou autorizar uma operação de pagamento com o Cartão, o Titular deve:

17.1.1 – Se presencial:

a) Com utilização de Código Secreto: apresentar o Cartão, conferir a operação, introduzir o Código Secreto e guardar cópia do talão comprovativo;

b) Com assinatura: apresentar o cartão, provar a sua identidade se tal lhe for solicitado, conferir a operação, assinar o talão comprovativo com assinatura igual à que consta do painel de assinatura do cartão e guardar cópia do referido talão;

17.1.2 – Se não for presencial:

a) Por escrito: indicar na ordem de pagamento (i) o nome, (ii) número do Cartão, (iii) data de validade, (iv) respetivo código para verificação da validade do Cartão (conjunto dos três últimos algarismos impressos no painel de assinatura) (v) assinar a ordem de pagamento com assinatura igual à que consta do painel de assinatura do cartão;

b) Em ambientes abertos (Internet, televisão interativa): introduzir a identificação e o Código Secreto referidos na cláusula 4, seguindo as indicações do IPCE para o efeito.

17.2 – A realização de operações de pagamento com Cartão relativamente às quais não seja exigível a introdução de Código Secreto, nos termos do previsto no Sistema de Pagamentos, nomeadamente operações de baixo valor para pagamento de portagens e chamadas telefónicas, serão lançadas na Conta à Ordem Associada ou na Conta Cartão, de acordo com os registos originados pelo beneficiário ou através deste, sem prejuízo do disposto na cláusula 22.

17.3 – No caso de ordens para pagamentos recorrentes com Cartão de Crédito VISA e/ou MasterCard, é dever e responsabilidade do Titular, sempre que pretenda alterar ou cessar esse pagamento ou se verifiquem alterações do número, do prazo de validade ou do estado do Cartão, informar do facto as entidades às quais tenha dado essa ordem.

18 – É interdita a utilização do cartão em transações ilegais de qualquer natureza, pelo que o Titular desde já se compromete a não o utilizar para tais fins. No caso de transações efetuadas em ambientes abertos, a interdição abrange ainda as transações relativas a jogos de fortuna e azar, pelo que o Titular se compromete a não o utilizar para tais fins sob pena de cancelamento do cartão pelo Banco sem aviso prévio.

19.1 – Uma operação de pagamento só se considera autorizada se o Titular do Cartão consentir previamente na sua execução.

19.2 – O consentimento referido no número anterior consubstancia uma ordem de pagamento, e deve ser dado por uma das formas previstas no número 1 da cláusula 17.

19.3 – O Banco poderá recusar quaisquer transações ou operações de pagamento que o Titular pretenda efetuar de um modo diverso do supra indicado na cláusula 17.1 ou em contravenção ao ali disposto.

19.4. – Salvo disposição legal em contrário, o Banco notificará o Titular da recusa da operação, das razões subjacentes e informando o procedimento a seguir para retificar eventuais erros factuais.

20.1 – O momento da receção da ordem de pagamento, transmitida diretamente pelo Titular ou indiretamente pelo beneficiário ou através dele, corresponde ao momento em que a mesma é recebida pelo Sistema de Pagamentos.





prestação vencida e não paga na data limite de pagamento constante do extrato da Conta Cartão.

29.7 – Os pagamentos parcelares do saldo da Conta Cartão serão imputados ao pagamento, sucessivamente de despesas, impostos e encargos, incluindo juros de mora, comissões, juros remuneratórios e capital.

30 – A utilização do cartão para além do limite de crédito atribuído determina o débito imediato do montante excedido na Conta à Ordem Associada, com aplicação do disposto na cláusula 29.4 e 29.5, se for o caso.

31.1 – No caso de pagamento parcial do saldo da Conta Cartão, a dívida remanescente deduzida de eventuais juros e respetivos impostos, vencerá juros à taxa de juro anual remuneratória em vigor, indicada no Anexo. Aos montantes assim devidos será ainda aplicável e acrescerá o Imposto do Selo do artigo 17.3.1 da TGIS, atualmente de 4%, bem como o Imposto do Selo do artigo 17.2.4 da TGIS, atualmente de 0,07%, incidente sobre a média mensal do crédito utilizado obtida através da soma dos saldos em dívida apurados diariamente, durante o mês, divididos por 30, sendo o respetivo valor liquidado e cobrado mensalmente no final de cada mês do ano civil.

31.2 – Os juros serão contados dia a dia, calculados com base num ano civil de 360 dias de calendário assumindo meses de 30 dias, sendo o respetivo valor liquidado e cobrado mensalmente e diretamente na Conta Cartão do Titular.

32 – As transações realizadas com Cartões de Crédito nos postos de abastecimento de combustíveis poderão ser oneradas com uma taxa de consumo no valor de 0,48€ (Acresce Imposto do Selo de 4%).

33 – Todas as operações que não sejam efetuadas em Euros serão convertidas para Euros pelo Sistema de Pagamentos, aplicando as taxas de câmbio do Mercado por Grosso. Sobre cada operação realizada fora do EEE, ou dentro do EEE se realizada numa moeda que não seja o Euro, Coroa Sueca ou Leu romeno (ou outra moeda abrangida pelo Regulamento (CE) nº 924/2009), ao respetivo contravalor em Euros, será acrescida a taxa de conversão de 0,96% (Acresce Imposto do Selo de 4%) do montante da operação efetuada e ainda uma taxa de processamento - I.P.F. (International Processing Fee) no montante máximo de 1,63% (Acresce Imposto do Selo de 4%) do valor da operação. Estes e os restantes encargos indicados no Anexo, serão debitados de forma discriminada na Conta Cartão ou na Conta à Ordem Associada, consoante se trate de operação a crédito ou a débito, respetivamente.

34 – Os encargos que o Banco poderá cobrar pela utilização dos serviços objeto deste Contrato são, para além dos referidos nas cláusulas 16, 31.1, 32, 33, as comissões de levantamento de numerário, adiantamentos de numerário a crédito (cash-advance) e respetivo Imposto do Selo da verba 17.3.4. da TGIS, o encargo de Correção de Pagamento do cartão de crédito referido na cláusula 28ª, e uma anuidade sobre cada Cartão em circulação que será cobrada pela emissão do mesmo e por cada ano civil de vigência do Contrato e cujos valores se encontram indicadas na tabela do Anexo. O Titular autoriza, desde já, o Banco a debitar a Conta à Ordem Associada pelo valor total ou parcial dos sobreditos encargos e custos convencionados, no respetivo vencimento, obrigando-se a apresentar tal conta com a provisão bastante para o efeito. Em caso de falta ou insuficiência de provisão da Conta à Ordem Associada, fica ainda o Banco autorizado a, se assim o entender, debitar a descoberto a Conta à Ordem Associada pelo valor correspondente aos custos e encargos vencidos.

## **VI. Direitos e obrigações em caso de extravio, perda, furto ou roubo, falsificação e outros casos**

35 – Em caso de

(a) Perda, extravio, roubo, furto ou de apropriação abusiva, do cartão e/ou dos meios que permitam a sua utilização (incluindo o IPCE), ou

(b) Indevida e/ou incorreta utilização do Cartão, ou de registos no extrato da Conta Cartão ou na Conta à Ordem Associada de transações ou operações não realizadas ou autorizadas pelo Titular ou de quaisquer outros erros ou irregularidades relacionados com o Cartão, ou

(c) Não receção do Cartão ou do extrato da Conta Cartão no prazo previsto, o Titular deverá, logo que de tais factos tome conhecimento, comunicar de imediato e pelo meio mais rápido que lhe for possível, sem qualquer atraso injustificado, ao Banco a respetiva ocorrência e transmitir todas as informações que possua e que possam de qualquer modo ser utilizadas pelo Banco no apuramento dos factos e na regularização das respetivas situações, por via telefónica ou por outro meio mais expedito. Esta comunicação telefónica deverá ser efetuada para o telefone 21

427 04 02, que é um serviço de atendimento permanente – 24 horas/dia, 365 dias/ano.

36 – Todas as comunicações telefónicas efetuadas nos termos da cláusula anterior devem ser objeto de confirmação escrita detalhada e assinada pelo Titular, junto de um balcão do banco, devendo a mesma ser acompanhada dos elementos previstos na cláusula 26.2.

37 – Todos os casos previstos na alínea a) da cláusula 35 deverão ser prontamente participados às autoridades policiais competentes, devendo o Titular do Cartão apresentar ao Banco a respetiva comprovação.

38 – Nos casos referidos na alínea a) da cláusula 35, o Banco, a SIBS, e a VISA e/ou MasterCard acionarão os mecanismos necessários ao impedimento do uso abusivo e fraudulento do cartão.

39 – Caso o Titular negue ter autorizado uma operação de pagamento executada ou alegue que a operação não foi corretamente efetuada, incumbe ao Banco fornecer prova de que a operação de pagamento foi autenticada, devidamente registada e contabilizada e que não foi afetada por avaria técnica ou qualquer outra deficiência.

40.1 – Após ter procedido à notificação a que se refere a cláusula 35, o Titular não suporta quaisquer consequências financeiras resultantes da utilização do Cartão perdido, extraviado, roubado, furtado ou abusivamente apropriado, salvo em caso de atuação fraudulenta. Relativamente à utilização do Cartão verificada nas mesmas circunstâncias de perda, extravio, roubo, furto ou apropriação abusiva, mas antes da notificação a que se refere a cláusula 35, o Titular suporta as perdas relativas às operações realizadas, de acordo com as seguintes regras:

a) O Titular suporta todas as perdas resultantes de operações de pagamento não autorizadas se aquelas forem devidas a atuação fraudulenta ou ao incumprimento deliberado de uma ou mais das obrigações previstas na cláusula 15;

b) Havendo negligência grave do Titular no cumprimento das obrigações referidas na alínea anterior, este suporta as perdas resultantes de operações de pagamento não autorizadas até ao limite do saldo disponível ou da linha de crédito associada ao Cartão, ainda que superiores a 150€, dependendo da natureza dos dispositivos de segurança personalizados do instrumento de pagamento e/ou das circunstâncias da sua perda, extravio, roubo, furto ou apropriação abusiva;

c) Nos restantes casos, o Titular suporta as perdas relativas às operações dentro do saldo disponível ou da linha de crédito associada ao cartão, até ao limite máximo de 150€.

40.2 – Concluídas as diligências de prova previstas nos números anteriores, se se concluir que o Banco é responsável pelas perdas de operações não autorizadas, o Banco assegurará o imediato reembolso do montante da operação de pagamento não autorizada e, se for caso disso, repor a Conta à Ordem Associada ou Conta Cartão na situação em que estaria se a operação de pagamento não autorizada não tivesse sido executada.

41.1 – O Banco é responsável, perante o Titular, pela não execução ou pelo registo incorreto de qualquer transação, nos termos gerais de Direito, sem embargo, o Banco não é responsável por qualquer prejuízo causado por uma falha técnica do Sistema de Pagamento, se desta tiver sido dado conhecimento ao Titular através de mensagem escrita no visor do aparelho, ou desde que a mesma se torna óbvia por qualquer outra forma.

41.2- Se o Banco puder provar ao Titular que o prestador de serviços de pagamento do beneficiário recebeu o montante da operação de pagamento, a responsabilidade pela execução correta da operação de pagamento perante o beneficiário caberá ao referido prestador de serviços de pagamento.

41.3 – Caso a responsabilidade caiba ao Banco nos termos do número 1, este deve reembolsar o Titular, sem atrasos injustificados, do montante da operação de pagamento não executada ou incorretamente executada e, se for caso disso, repor a conta debitada na situação em que estaria se não tivesse ocorrido a execução incorreta da operação de pagamento.

41.4 – No caso de uma operação de pagamento não executada ou incorretamente executada, o Banco deve, independentemente da responsabilidade incorrida e se tal lhe for solicitado, envidar imediatamente esforços para rastrear a operação de pagamento e notificar o Titular dos resultados obtidos.

41.5 – Para além da responsabilidade prevista nos números anteriores, o Banco é responsável perante o Titular por quaisquer encargos cuja responsabilidade lhe caiba e por quaisquer juros a que esteja sujeito o Titular em consequência da não execução ou da execução incorreta da operação de pagamento.

41.6 – A responsabilidade prevista nos números anteriores não é aplicável em caso de circunstâncias anormais e imprevisíveis alheias à vontade do Banco, se as respetivas consequências não

**Banco Comercial Português, S.A.**, sociedade aberta, sede Praça D. João I, 28, 4000-095 Porto – Capital Social 4.094.235.961,88 Euros. Número único de matrícula e de identificação fiscal 501255692. Mediador de Seguros – Lido nº 270774605 – Data de Registo: 26/06/2007. Autorizado para medição de seguros dos Seguros Vida e Não Vida da Oriental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. e Média Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. e ainda com a denominação social “Mediadora de Seguros de Vida, S.A.” inscrita no Registo Nacional das Pessoas Coletivas sob o número 300874605, com sede em Lisboa, Portugal. A informação aqui apresentada não constitui oferta pública de subscrição de valores mobiliários nem recomendação de investimento. Para mais informações consulte o site [www.asi.com.pt](http://www.asi.com.pt). Disponível em [www.asi.com.pt](http://www.asi.com.pt)





Banco Comercial Português, S.A. sociedade aberta. Sede: Praça D. João I, 28, 4000-035 Porto – Capital Social 4,094,235,381,88 Euros. Número único de matrícula e de identificação fiscal 501525582. Mediador de Seguros, Ligado nº 207074605 – Data de Registo: 26/06/2007. Autorização para mediação de seguros dos Ramos Vida e Não Vida da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., e ainda com a Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e informações e outros detalhes do registo disponíveis em www.asi.com.pt. Mediador não está autorizado a celebrar contratos de seguros em nome do Segurador nem a receber prémios de seguros para lhe serem entregues. O Mediador não assume a cobertura dos riscos inerentes ao contrato de seguro, os quais são integralmente assumidos pelo Segurador.

Anexo  
1 - Preçário:  
Cartões de Crédito e Débito

Cartão	Tipo	TAN *	TAEG **	Euros - Anuidade (acresce i.s.)		
				1.º Titular	2.º Titular	
Millennium bcp Maestro - versão normal	Débito	---	---	1.ª anuidade de novas contas cartão	15,00	15,00
				Seguintes	15,00	15,00
Millennium bcp Maestro - versão SMB (exclusivo p/ Clientes com a conta SMB)	Débito	---	---	1.ª anuidade de novas contas cartão	Grátis	Grátis
				Seguintes	Grátis	Grátis
Millennium bcp Maestro - versão Conta Base (exclusivo p/ Clientes com a conta Base)	Débito	---	---	1.ª anuidade de novas contas cartão	Grátis	15,00
				Seguintes	Grátis	15,00
Millennium bcp Electron Nacional - versão normal	Débito	---	---	1.ª anuidade de novas contas cartão	15,00	15,00
				Seguintes	15,00	15,00
Millennium bcp Electron Nacional - versão SMB (exclusivo p/ Clientes com conta SMB)	Débito	---	---	1.ª anuidade de novas contas cartão	Grátis	Grátis
				Seguintes	Grátis	Grátis
Millennium bcp Classic	Crédito	14,800%	16,0%	1.ª anuidade (1) e seguintes	9,62	9,62
Millennium bcp GO!	Crédito	19,200%	18,9%	1.ª anuidade e seguintes	Grátis	Grátis
Prestige - Security (2)	Crédito	14,600%	19,0%	1.ª anuidade e seguintes	50,00	50,00

Cartões de crédito com opção de pagamento diferente de 100% do saldo: a efetiva utilização do crédito está sujeita a Imposto do Selo à taxa de 0,07% (Tabela Geral do Imposto do Selo, artigo 17.2.4) sobre a média mensal do crédito utilizado obtida através da soma dos saldos em dívida apurados diariamente, durante o mês, e divididos por 30, sendo o respetivo valor liquidado e cobrado mensalmente. Float Isento.

(\*) Os juros sobre o montante utilizado e em dívida serão contados dia a dia, calculados com base num ano civil de 360 dias de calendário.

(\*\*) TAEG para um limite de crédito de 1500€ (nos casos dos cartões Millennium bcp Classic, Millennium bcp GO!) e 2500€ (no caso do cartão Prestige) pago em 12 prestações mensais iguais de capital acrescidas de juros e encargos.

(1) Estes valores serão creditados ao Cliente, na conta cartão, após a primeira compra a crédito com o cartão, exceto nos casos em que a 1ª anuidade não tenha sido cobrada.

(2) Anuidade isenta no âmbito do Programa Prestige.

**2 – Comissões de Levantamento/Pagamento:**  
A MasterCard e/ou VISA e o Banco adicionarão as seguintes taxas (acresce Imposto do Selo da verba 17.3.4 da TGIS, atualmente de 4%):

**2.1. Comissões sobre adiantamentos de numerário a crédito (cash-advance):**

**2.1.1. Operações de pagamento abrangidas pelo Regulamento (CE) n.º 924/2009**

- Pagamentos no EEE em Euros, Coroa sueca e Leus romenos	3,75% + 3,50€
--	---------------

**2.1.2. Operações de pagamento não abrangidas pelo Regulamento (CE) n.º 924/2009**

- Pagamentos no resto do Mundo ou no EEE noutra moeda	3,75% + 3,50€ + IPF + Taxa de conversão
- Transferência de saldo credor da conta cartão para a conta à ordem	3,75% + 2,00€

**2.2. Comissões sobre levantamentos a débito:**

**2.2.1. Operações de pagamento abrangidas pelo Regulamento (CE) n.º 924/2009**

- Pagamentos no EEE em Euros, Coroa sueca e Leus romenos	Gratuito
--	----------

**2.2.2. Operações de pagamento não abrangidas pelo Regulamento (CE) n.º 924/2009**

- Pagamentos no resto do Mundo ou no EEE noutra moeda	0,33% + 3,50€ + IPF + Taxa de conversão
---	---

<b>3 – Outras Comissões:</b>	
Taxa de processamento - IPF (International Processing Fee) – aplicável sobre cada operação realizada fora do EEE, ou dentro do EEE se realizada numa moeda que não seja o Euro, a Coroa sueca ou Leu romeno	1,63% (1)
Taxa de conversão – aplicável sobre cada operação realizada fora do EEE, ou dentro do EEE se realizada numa moeda que não seja o Euro, a Coroa sueca ou o Leu romeno	0,96% (1)
Taxa de consumo em postos de abastecimento de combustíveis	0,48€ (1)
Substituição de Cartão de Crédito a pedido do titular *	19,23€ (1)
Substituição de Cartão de Débito a pedido do titular *	15,00€ (1)
Taxa de produção urgente	40,00€ (1)
Encargo por Limite de Crédito excedido	14,42€ (1)
Encargo por Correção de Pagamento de Cartão de Crédito	14,42€ (1)
Encargo por Reversão da Ordem de Pagamento	2,88€ (1)
Cópias de faturas nacionais e internacionais	15,00€ (2)
Desvio de Código Secreto ou Cartão para a Sucursal	10,00€ (2)
Serviço de desvio de Código Secreto ou Cartão para Grande Lisboa	40,00€ (2)
Emissão de Novo Código Secreto	10,00€ (1)
Recuperação de valores em dívida: 11,54€ (1) para prestações em dívida inferiores a 300€. Para prestações iguais ou superiores a 300€: comissão de 4 % (1) sobre o valor em dívida com limite máximo de 150€.	

(1) Acresce imposto do selo da verba 17.3.4 da TGIS, atualmente de 4%.

(2) Acresce IVA.

\* Serviço prestado a pedido do titular, aplicável sempre que este solicite a substituição do respetivo cartão por novo, de iguais características, devido a mau estado do plástico ou situações de natureza similar. Não aplicável nos casos em que a substituição do cartão se fique a dever a: deficiente manufatura do plástico; cancelamento do cartão por iniciativa do Banco por motivos de segurança do próprio cartão, suspeita de utilização não autorizada ou fraudulenta, ou ainda devido ao aumento significativo do risco de o cliente não poder cumprir com as responsabilidades de pagamento para cartões com linha de crédito associada; captura do cartão em caixas multibanco ou terminais automáticos de pagamento, nomeadamente por tentativas de PIN excedidas, retenção do cartão após o fim do tempo disponível para retirada do cartão (time-out) ou fraude no ATM; extravio no envio pelo Banco do cartão ou respetivos dispositivos de segurança personalizados.